



Celso Furtado



Ulysses Guimarães



Fernando Henrique Cardoso

Previsão: a crise não vai melhorar.

Economistas, reunidos pelo PMDB, analisam a dívida externa e criticam a atual política econômica.

O futuro do País, no curto, médio e longo prazo que pode durar de 15 a 20 anos, é extremamente caótico. A esta conclusão chegaram economistas e sociólogos opositoristas à atual política econômica do governo, entre eles Celso Furtado, Fernando Henrique Cardoso, Carlos Lessa e João Manoel de Mello, reunidos ontem pelo PMDB, no auditório Nereu Ramos da Câmara dos Deputados, num painel sobre a situação das contas externas do Brasil.

Segundo eles, a crise internacional de liquidez tende a piorar porque há vários indícios de que países ricos, como Bélgica, Dinamarca e Suécia, recorrerão ao Fundo Monetário Internacional (FMI) para não irem à bancarrota; o superávit comercial de US\$ 6 bilhões não será conseguido, pois não passa de uma "miragem"; a indústria privada nacional caminha celereamente ao sucateamento; a "quebradeira" vai chegar, também, ao setor agrícola (o primeiro exemplo é a situação de insolvência de várias cooperativas gaúchas); o desemprego aumentará "cavalaramente"; o Produto Interno Bruto (PIB), já neste ano, apresentará uma queda de 5 a 10%; a inflação, em 1983, não será inferior a 100% (o índice de quase 9% verificado em janeiro é o primeiro prenúncio dessa realidade) e, em consequência disso, o Brasil terá que reformular, em bases muito mais severas, o acordo feito com o FMI, a menos que existam compromissos misteriosos — como eles crêm — entre o governo brasileiro, a diretoria do fundo, os banqueiros internacionais e até o próprio governo dos Estados Unidos.

O simpósio, que contou com a presença de parlamentares antigos e recém-eleitos, estudantes e economistas brasileiros, serviu para que o PMDB, por intermédio de seus economistas, traduzisse pormenorizadamente as repetidas críticas que tem feito ao presente estado de insolvência do País. Foi utilizado, também, para aprofundar o diagnóstico peemedebista

das consequências desse mal sobre a sociedade brasileira. Serviu, ainda, para que os parlamentares, como o presidente do partido, Ulysses Guimarães, e o seu líder, Odacir Klein, aproveitassem a oportunidade para criticar o "autoritarismo" governamental e a "ditadura" do regime no campo econômico, representado pelas negociações com o FMI e as mudanças na política salarial, por decreto-lei.

Nenhuma proposta

Os quatro economistas não apresentaram nenhuma proposta concreta e substancial para o País superar esse grave impasse, limitando-se a relacionar algumas alternativas esparsas que acreditam serem viáveis para solucionar um ou outro problema. Para eles, "o País é viável, mas muito mal administrado". O problema só pode ser solucionado, segundo João Manoel, com uma outra política econômica que tenha como fundamentos essenciais: uma reforma tributária ampla, uma profunda alteração do sistema financeiro e a definição de uma política industrial. Não especificou, entretanto, como estas políticas seriam implementadas. No seu entender, a recessão que o governo está impondo ao País, há três anos, não levará à solução dos problemas estruturais da economia, devendo servir apenas para "esmagar o coração da indústria brasileira". "Não vamos imaginar que somos diferentes da Argentina. Tal como lá, estamos em situação de regressão econômica que leva ao sucateamento da indústria nacional" — afirmou.

Falta de reservas

Para o ex-ministro do Planejamento, Celso Furtado, o país chegou a esta crítica situação porque permitiu a internacionalização do sistema financeiro e Monetário. Segundo ele, "o Brasil não tem reservas suficientes para sustentar mais de cem agências de bancos nacionais no Exterior e abrigar tantas dependências de bancos internacionais no País". Para Furtado essa internacionalização reduziu a margem de manobra do go-

verno, que não dispõe mais de instrumentos para controlar e regular suas políticas monetária e fiscal, motivo pelo qual não consegue baixar as taxas de juros internas.

No contexto da atual conjuntura econômica e de descrédito do governo, o ex-ministro acha indispensável que sejam debatidas e respondidas as seguintes questões: 1) Qual a natureza e a extensão dos compromissos assumidos pelo governo brasileiro no atual processo de renegociação da dívida externa? 2) Que fatores estão impedindo o governo de definir claramente uma política nos campos monetário, cambial e fiscal? 3) Que futuro se está preparando para este país se forem interrompidos todos os planos de investimento?

Na sua opinião, se o Brasil continuar com a atual política econômica, em pouco tempo terá desmantelado e tornado obsoleta boa parte da indústria de bens de capital, que Furtado considera o principal instrumento de autonomia das decisões na política de desenvolvimento. "Como ignorar que nosso desenvolvimento, no decurso do último meio século, foi essencialmente um processo de criação de um mercado interno; que metade da população ainda não foi incorporada a esse mercado e que o que se está fazendo, consciente ou inconscientemente, é interromper a construção do País?" essas perguntas — segundo ele — devem orientar o debate sobre "o futuro de nossa pátria".

O ex-ministro acha que o Brasil não está sabendo explorar o seu peso no mundo na renegociação da dívida externa. "Há muita gente interessada em que saíamos dessa enrascada, como os próprios bancos e os exportadores de produtos para o Brasil, mas não estamos sabendo aproveitar o peso de sermos o maior mercado do Terceiro Mundo" — afirmou, acrescentando: "Se o Brasil, há um ano, tivesse reunido os devedores, liderando a renegociação como esperavam os países do Terceiro Mundo, teria sido bem melhor".